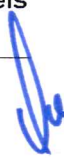


Eólica da Serra das Alturas, S.A. Relatório e Contas 2016



ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS	3
RELATÓRIO DE GESTÃO.....	4
ACTIVIDADE EMPRESARIAL E COMERCIAL.....	4
ASPECTOS FISCAIS E PARAFISCAIS	8
PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	8
PERSPECTIVAS PARA 2017	8
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	9
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	10
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	11
CADERNO FINANCEIRO	13
APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	36



ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

Secretário: Ana Rita Alves da Rocha Soares de Moura

Conselho de Administração

Presidente: António Manuel Lobo Gonçalves

Vogal: António Cândido Monteiro Cabeleira

Vogal: Fernando Eirão Queiroga

Vogal: Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

Vogal: Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efectivo: KPMG & Associados, SROC, representada por Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho – ROC

Fiscal Único Suplente: Susana de Macedo Melim de Abreu Lopes - ROC



RELATÓRIO DE GESTÃO

ACTIVIDADE EMPRESARIAL E COMERCIAL

A Eólica da Serra das Alturas, S.A. (adiante a "Empresa"), tem por objecto a realização e desenvolvimento de projectos de aproveitamento de energia eólica, nomeadamente com a construção/instalação e exploração de Parques Eólicos no concelho de Boticas.

A Empresa tem em carteira um único parque eólico denominado Parque Eólico da Serra do Barroso II, com uma potência total instalada de 12,3 MW, sendo que 2,3 MW se referem ao sobreequipamento instalado no final de 2011 e cuja recepção provisória ocorreu em Março de 2012. Este parque eólico localiza-se na Serra do Barroso, freguesia de Alturas do Barroso, no concelho de Boticas, distrito de Vila Real.

O Pedido de Informação Prévia (PIP) do Parque Eólico Serra da Barroso II foi efectuado em Janeiro de 2002, tendo-se obtido resposta favorável em Março de 2002.

Em Maio de 2002 elaborou-se o Projecto de Licenciamento a apresentar à Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), tendo-se obtido o Ponto de Recepção em Agosto de 2003.

Em Março de 2006 obteve-se a Licença de Estabelecimento emitida pela DGEG, tendo sido aceite o pedido de prorrogação de prazo de estabelecimento do parque até 31 Dezembro de 2008.

Em Novembro de 2006 foi apresentado o Estudo de Incidências Ambientais do Parque Eólico da Serra do Barroso II, tendo-se obtido a Decisão de Incidências Ambientais favorável condicionada em Maio de 2007.

O processo de negociação dos terrenos necessários à instalação do parque iniciou-se em 2003 e terminou em finais de 2005.

O processo de concurso para o fornecimento de aerogeradores iniciou-se em Maio de 2007 e terminou em Outubro de 2007, tendo o mesmo fornecimento sido adjudicado, em Novembro de 2007, à sociedade Enercon GmbH.

O processo de concurso para o fornecimento de instalações eléctricas e obras de construção civil iniciou-se em Julho de 2007. Foi lançado o concurso em Novembro de 2007 e adjudicado o fornecimento, em Julho de 2008, à sociedade Jayme da Costa.

A construção da linha AT 60 kV para interligação do parque com a rede eléctrica teve início em Janeiro de 2008.

A construção do Parque Eólico de Serra do Barroso II foi iniciada em Julho de 2008 e a Licença de Exploração foi obtida em Dezembro de 2008.

Os trabalhos de construção relativos aos primeiros 10 MW foram finalizados durante o ano de 2009, tendo sido assinados os autos de Recepção Provisória e Recepção Definitiva das Instalações Eléctricas e Obras de Construção Civil em Junho de 2009 e Junho de 2011, respectivamente, e o Auto de Recepção Provisória dos aerogeradores em Outubro de 2009.

Em 2011 iniciou-se o sobreequipamento deste parque eólico, composto por 1 aerogerador de 2,3 MW. O respectivo projecto de licenciamento foi submetido à apreciação da DGEG em Maio de 2011 e o projecto das obras de construção foi submetido à apreciação da Câmara Municipal em Agosto de 2011. A ligação à rede desta máquina ocorreu no final de Dezembro de 2011 e a Recepção Provisória ocorreu a 31 de Março de 2012, bem como a entrada em exploração.



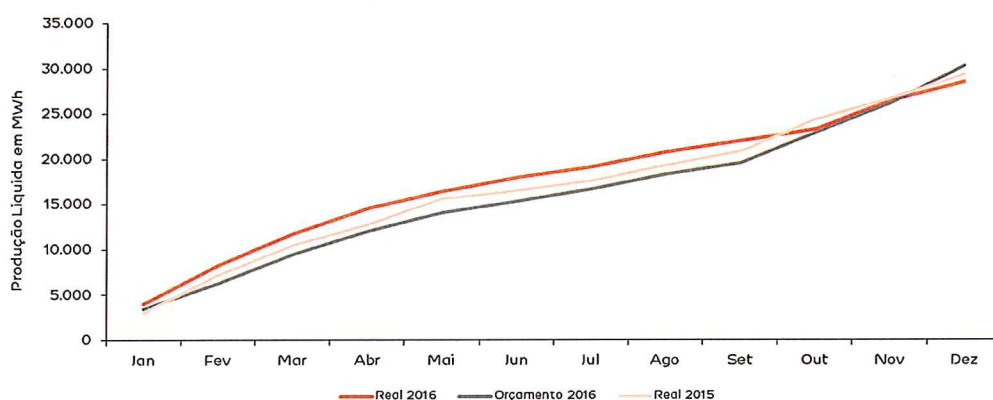
Handwritten signature in the top right corner.

Em 2016, a produção de energia da central eólica Serra do Barroso II foi de 29.185 MWh (2015: 29.313 MWh), o que se traduziu em 2.373 horas líquidas equivalentes à potência nominal (2015: 2.383 hpc) e num factor de carga de 27,0% (2015: 27,2%). A taxa de disponibilidade do parque fixou-se nos 98,1% (2015: 98,7%).

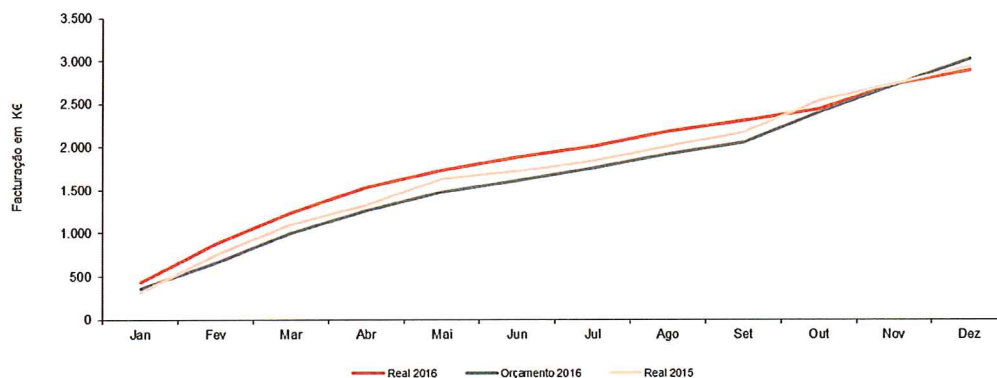
As vendas de electricidade da central eólica foram de 28.477 MWh, que remuneradas de acordo com a legislação específica da Produção em Regime Especial, ascenderam 2,891 M€, o que corresponde a uma diminuição de 1,3% em relação aos 2,930 M€ obtidos em 2015. A diferença entre as quantidades produzidas e vendidas em 2016 deve-se à energia adicional produzida pela Central, para a qual ainda não existe autorização por parte da DGEG para facturação e que representa somente 2% do total produzido.

Em 2016, a remuneração média das vendas foi de 101,51 €/MWh, tendo sido de 99,9 €/MWh em 2015.

Produção de Energia acumulada 2016 – MWh



Vendas de Energia acumuladas 2016 – Milhares de Euros



A Empresa não dispõe de quadro de pessoal permanente, recorrendo exclusivamente à prestação de serviços em regime de outsourcing.

À excepção da provisão para desmantelamento (Nota 20 do Anexo), não existem quaisquer passivos ambientais.

Regulação do Sector

Em 2012, os promotores eólicos e o Governo Português chegaram a um acordo de princípio que preserva a estabilidade legal dos actuais contratos e protege os investimentos realizados na economia portuguesa no sector eólico em regime de produção especial. Em 28 de Fevereiro de 2013, foi publicado o Decreto-Lei n.º 35/2013, ao abrigo do qual, os produtores eólicos poderiam efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da

Handwritten signature in the bottom right corner.

adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O Decreto-lei em causa conferiu aos produtores a possibilidade da opção por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (I) diferentes preços máximos (Cap) e mínimos (Floor); (II) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos; e, consequentemente, (III) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A Eólica da Serra das Alturas optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWh e um cap de 98€/MWh actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante, em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020. O primeiro pagamento foi efectuado em Julho de 2013 – com pagamentos mensais desde então – tendo sido liquidado um total de € 228.868 até 31 de Dezembro de 2016.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 94/2014, de 24 de Junho, que estabelece a disciplina aplicável à potência adicional e à energia do sobreequipamento produzida por centros electroprodutores cuja energia eléctrica seja remunerada por um regime de remuneração garantida, junta-se a Portaria nº 102/2015, de 7 de Abril, que estabelece os procedimentos para injeção de energia adicional e para autorização do sobreequipamento dos centros produtores eólicos. Associado a estes normativos é introduzido o conceito de energia adicional, considerada como a energia ativa que resulta da utilização da potência adicional, correspondendo o valor máximo da potência adicional à diferença entre a potência instalada e a potência de ligação, excluindo-se a energia do sobreequipamento, quando exista. Desta forma, torna-se possível injectar na rede a energia adicional, maximizando-se quer a utilização do vento disponível no local, quer as capacidades existentes de produção de energia eléctrica de fonte eólica. A empresa concluiu no início do ano os procedimentos para injeção de energia adicional, com a alteração da parametrização dos relés limitadores de potência, tendo iniciado a sua produção. No entanto, ainda não existe autorização por parte da DGEG para a sua faturação. O processo encontra-se em análise pelo facto desta Central estar sobreequipada ao abrigo do Decreto-Lei nº 51/2010, estando a ser aplicado um desconto à remuneração global de 2,4%.

Em 3 de Novembro de 2016 foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 66/2016, que estabelece um regime fiscal facultativo de reavaliação dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento. Este normativo visa criar um incentivo à reavaliação dos activos fixos tangíveis afectos ao exercício de actividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, bem como das propriedades de investimento e de elementos patrimoniais de natureza tangível afectos a contratos de concessão, impulsionando em paralelo o reforço dos capitais próprios das empresas. A utilização deste regime pressupõe a constituição de uma reserva de reavaliação fiscal correspondente à soma das diferenças entre o valor líquido inicial dos elementos reavaliados e o valor líquido após a reavaliação. O montante desta reserva é sujeito a uma tributação autónoma especial à taxa de 14%, devendo ser liquidada em partes iguais até ao dia 15 de dezembro dos anos de 2016, 2017 e 2018. Como contrapartida, permite-se aos sujeitos passivos abrangidos pelo presente regime a dedução fiscal dos acréscimos de depreciação dos activos objecto de reavaliação, majorados entre 3% e 7%, devendo os mesmos ser detidos por um prazo mínimo de cinco períodos de tributação após a data a que se reporta a reavaliação. A empresa aderiu a este regime, tendo registado em Dezembro uma Conta a Pagar com a Autoridade Tributária no valor de 115.349 Euros, dos quais um terço desse valor (38.450 Euros) foi ainda liquidado em 2016. Associado a esta alteração, a Empresa reconheceu um imposto Diferido Activo de 185.135 Euros. Assim, a Empresa prevê obter uma poupança fiscal líquida de cerca de 70 Milhares de Euros.

Demonstração da Posição Financeira

O Activo Fixo Tangível diminuiu 272.126 Euros, resultando da conjugação do reconhecimento da amortização do período de 626.473 Euros compensada pelo aumento verificado por via da actualização da provisão de desmantelamento, no montante de 354.347 Euros.



Relativamente ao Activo intangível em curso, este aumentou 56.898 Euros em 2016 e diz respeito aos pagamentos das compensações previstas pela adesão ao regime remuneratório do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de Fevereiro, que iniciaram em Julho de 2013 (acumulado em 2016: 228.868 Euros).

O aumento verificado na rubrica Outros Activos Não Correntes deve-se essencialmente ao registo de um Activo por Impostos Diferidos, no montante de 185.135 Euros, na sequência da adesão da empresa ao regime de reavaliação fiscal dos activos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 66/2016 de 3 de Novembro.

Os Activos Correntes aumentaram 86.983 Euros essencialmente por via do aumento do valor da rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Passivo não Corrente diminuiu 552.574 Euros devido essencialmente à redução da dívida financeira em 948.949 Euros, parcialmente compensada pelo aumento do valor das provisões para riscos e encargos em 357.925 Euros, pela actualização dos pressupostos da provisão de desmantelamento e pela dívida de 38.450 Euros à Autoridade Tributária correspondente a um terço do valor a liquidar no âmbito da adesão ao regime do Decreto-Lei n.º 66/2016 da reavaliação dos activos. O financiamento obtido diz respeito ao Suprimento concedido exclusivamente pela EDP Renováveis Portugal à Empresa.

O Passivo Corrente aumentou 19.065 Euros essencialmente pela conjugação de dois factores: pela dívida de 38.450 Euros à Autoridade Tributária relativa a um terço que será liquidado em Dezembro de 2017 no âmbito da adesão ao regime do Decreto-Lei n.º 66/2016 da reavaliação dos activos; e pela diminuição de 88.222 Euros da dívida a fornecedores correntes.

O Capital Próprio registou um aumento de 626.438 Euros reflectindo o efeito positivo da aplicação de 575.722 Euros do Resultado Líquido de 2015 em Resultados Transitados e do aumento do Resultado Líquido do Período de 2016, no montante de 50.716 Euros, face ao período homólogo.

	2016		2015		Euros
	Valor	%	Valor	%	Var % (16-15)
ACTIVO	13.081.636	100	13.026.837	100	0,4%
Activo fixo tangível e intangível	12.261.919	93,7	12.477.147	95,8	-1,7%
Outros activos não correntes	246.992	1,9	63.948	0,5	286,2%
Activos correntes	572.725	4,4	485.742	3,7	17,9%
PASSIVO	7.386.814	56,5	7.958.453	61,1	-7,2%
Passivos não correntes	6.246.951	47,8	6.799.525	52,2	-8,1%
Passivos correntes	1.139.863	8,7	1.158.928	8,9	-1,6%
CAPITAL PRÓPRIO	5.694.822	43,5	5.068.384	38,9	12,4%

Demonstração dos Resultados

Em 2016, a central eólica teve uma performance operacional ligeiramente inferior à do ano anterior, tendo-se registado uma diminuição das receitas de vendas e serviços de energia de 1,3%.

Os Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 10,1%, essencialmente devido ao incremento das despesas com conservação e reparação, contribuindo para um EBITDA 2,7% abaixo do registado em 2015.

Verificou-se ainda o contributo positivo dos Custos financeiros, que reduziram 11,1% em resultado da diminuição dos juros do empréstimo obtido sob a forma de Suprimento concedido pela EDP Renováveis Portugal, por via dos reembolsos efectuados no período.



O resultado líquido do período fixou-se nos 1.176.438 Euros, 4,5% superior ao registado em 2015. Este aumento decorre também do efeito positivo da adesão ao regime da reavaliação fiscal dos activos, com uma redução do imposto sobre os lucros em 65.742 Euros, para o qual também contribuiu a tributação autónoma especial sobre as reavaliações e o respectivo imposto diferido.

Rubricas	Euros		
	2016	2015	Var % (16-15)
Receitas de vendas e serviços de energia e outros	2.890.558	2.929.755	-1,3%
Custo com vendas de energia e outros	-2.402	-2.420	-0,7%
Margem Bruta	2.888.156	2.927.335	-1,3%
Fornecimentos e serviços externos	-363.561	-330.238	10,1%
Outros custos	-76.530	-81.580	-6,2%
EBITDA	2.448.065	2.515.517	-2,7%
Amortizações e imparidades	-626.473	-626.472	0,0%
EBIT	1.821.592	1.889.045	-3,6%
Proveitos financeiros	0	5	-100,0%
Custos financeiros	-419.123	-471.555	-11,1%
Resultado antes de impostos	1.402.469	1.417.495	-1,1%
Impostos sobre lucros	-226.031	-291.773	-22,5%
Resultado líquido do período	1.176.438	1.125.722	4,5%

ASPECTOS FISCAIS E PARAFISCAIS

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos subsequentes ao exercício a que respeitam.

A Eólica da Serra das Alturas não tinha dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social no final do presente exercício.

Por ter sede social no Município de Boticas, a Empresa encontra-se isenta de pagamento de derrama, ao abrigo do regulamento municipal.

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

O risco na actividade de produção de energia eólica resulta essencialmente do risco de recurso eólico e do risco de disponibilidade das centrais eólicas, estando este último devidamente coberto por seguros.

Não é expectável que existam, neste tipo de actividade, riscos e incertezas relevantes associados à tarifa, tendo em consideração que a Empresa beneficia do regime tarifário que garante a sua estabilização durante um período de 15 anos (nos termos do Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33 A/2005 de 16 de Fevereiro) acrescido de um período de 7 anos (nos termos do Decreto-Lei n.º 35/2013). No entanto, por se tratar de uma actividade totalmente regulada, considera-se que a Empresa está exposta ao risco de alteração de políticas governamentais.

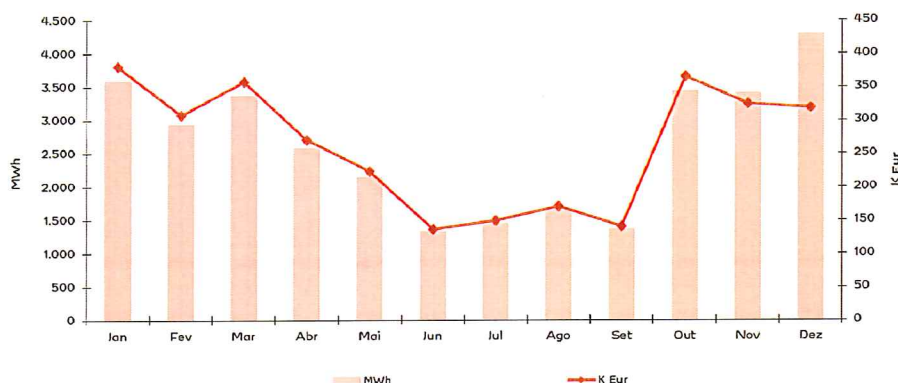
Importa referir que à data de 31 de Dezembro de 2016 não existiam quaisquer riscos relacionados com o licenciamento da central eólica desta sociedade, encontrando-se em pleno funcionamento.

Apesar do activo corrente ser inferior ao passivo corrente, o Conselho de Administração considera não existir um efectivo risco de liquidez na Empresa, derivado do facto de esta estar inserida no Grupo EDP tendo, por esse meio, suporte dos

seus accionistas e acesso a fontes de financiamento para suprir as suas necessidades correntes se tal se revelar necessário.

PERSPECTIVAS PARA 2017

Prevê-se para 2017 uma produção total de 31.404 MWh, correspondente a uma facturação total de 3.139 milhares de Euros e a uma tarifa média anual de 99,95 Euros/MWh. A evolução do gráfico mostra que em Novembro há uma descida da tarifa média, que corresponde ao mês em que a Central ultrapassa o patamar das 2.000 horas.



No âmbito do Decreto-Lei n.º 94/2014 de 24 de Junho e da Portaria nº 102/2015 de 7 de Abril, a Eólica da Serra das Alturas solicitou autorização à DGEG para injeção de energia adicional no parque eólico de Serra do Barroso II, estando o processo de autorização a decorrer, conforme mencionado anteriormente. A expectativa é que a DGEG emita em 2017 o despacho de autorização da facturação da energia adicional.

A Eólica da Serra das Alturas não tem perspectivas para 2017 de efectuar quaisquer reforços de potência, investimentos ou renovações de contratos.

Na sequência da actualização dos estudos técnicos realizados em 2016 e da mudança da perspectiva da Gestão, a Empresa procedeu à revisão da sua estimativa para a vida útil dos seus activos de geração eólica aumentando a mesma de 25 para 30 anos, de modo prospectivo em Dezembro de 2016. Os resultados da sociedade irão sofrer alterações no que respeita às depreciações do exercício em 2017.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Adicionalmente, importa ainda referir que após o fecho do período não foram identificados quaisquer factos relevantes que possam ter impacto significativo na sociedade e que requeiram divulgação.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Período positivo, no montante de 1.176.438,31 Euros tenha a seguinte distribuição:

Dividendos: 1.176.438,31 Euros

Boticas, 27 de Fevereiro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




António Manuel Lobo Gonçalves

(Presidente)



António Cândido Monteiro Cabelreira

(Vogal)



Fernando Eirão Queiroga

(Vogal)



Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

(Vogal)



Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

(Vogal)

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

N.º5 do Art.º 447º, do Código das Sociedades Comerciais

Títulos que os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade detêm da EDP – Energias de Portugal, S. A., holding do Grupo EDP e da EDP Renováveis, S.A., Empresa igualmente do mesmo Grupo, no qual se integra a Eólica da Serra das Alturas, S.A.:

Acções da EDP - Energias de Portugal, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

Conselho de Administração (1)	Nº acções 31-12-2015	Aquisição		Venda		Nº acções 31-12-2016
		Nº	Preço Médio Aquis.	Nº	Preço Médio Alien.	
António Manuel Lobo Gonçalves	-	5.000	2,927 €	5.000	3,025 €	5.000
		5.000	2,701 €			
António Cândido Monteiro Cabeleira	-	-	-	-	-	-
Fernando Eirão Queiroga	-	-	-	-	-	-
Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral	-	1.558	3,000 €	1.558	3,213 €	-
Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa	-	-	-	-	-	-

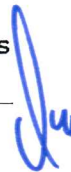
Acções da EDP Renováveis, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

Conselho de Administração (1)	Nº acções 31-12-2015	Aquisição		Venda		Nº acções 31-12-2016
		Nº	Preço Médio Aquis.	Nº	Preço Médio Alien.	
António Manuel Lobo Gonçalves	-	-	-	-	-	-
António Cândido Monteiro Cabeleira	-	-	-	-	-	-
Fernando Eirão Queiroga	-	-	-	-	-	-
Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral	-	-	-	-	-	-
Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa	-	-	-	-	-	-

Obrigações da EDP - Energias de Portugal, S.A. detidas por titulares de Órgãos Sociais

Conselho de Administração (1)	Nº obrigações 31-12-2015	Aquisição		Venda		Nº obrigações 31-12-2016
		Nº	Preço Médio Aquis.	Nº	Preço Médio Alien.	
António Manuel Lobo Gonçalves	-	-	-	-	-	-
António Cândido Monteiro Cabeleira	-	-	-	-	-	-
Fernando Eirão Queiroga	-	-	-	-	-	-
Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral	-	-	-	-	-	-
Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa	-	-	-	-	-	-

(1) Verificou-se a cessação de funções em 31 de Março de 2016, da Vogal Sara Veiga de Macedo, tendo sido designado para o novo mandato 2016/2018, o Vogal Hugo Costa.



N.º4 do Art.º 448º, do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 2016, eram titulares do capital da Eólica da Serra das Alturas, S.A.:

EDP Renováveis Portugal, S.A., com sede na Rua Ofélia Diogo Costa, 115º, 6º, 4149-022 Porto: titular de acções representativas de 50,1% do capital social;

Município de Boticas, com sede na Praça do Município, Boticas, Município de Chaves, com sede na Praça de Camões, Chaves, Município de Montalegre, com sede na Praça do Município, n.º1, Montalegre, Município de Ribeira de Pena, com sede na Praça do Município, Ribeira de Pena, Município de Valpaços, com sede no Largo do Jardim, Valpaços e Município de Vila Pouca de Aguiar, com sede na Rua Dr. Henrique Botelho, Vila Pouca de Aguiar contitulares de acções representativas de 49,9% do capital social.

Por acordo celebrado em 19 de Novembro de 2013, a EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A. procedeu à transmissão gratuita em regime de co-titularidade, de um sexto de cada uma das acções representativas de 49,9% do capital social que detinha na Eólica da Serra das Alturas, S.A. para os Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. Esta transmissão foi efectuada com todos os direitos e obrigações inerentes às acções transmitidas, incluindo o direito às prestações suplementares existentes na sociedade.

Art.º 397º, do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Eólica da Serra das Alturas não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por sua conta, não prestou garantias a obrigações por si contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos de remuneração.

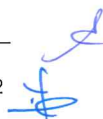
Art.º 66º, alínea d) e Art. 325º - A, n.º1 do Código das Sociedades Comerciais

Durante o exercício de 2016 a Eólica da Serra das Alturas não adquiriu nem alienou acções próprias.

A 31 de Dezembro de 2016, a Eólica da Serra das Alturas não era detentora de acções próprias.

Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores:

Nos termos do n.º 5, alínea e) do artigo 66º e o artigo 397º, do código das sociedades comerciais, não se registaram em 2016 autorizações a membros do Conselho de Administração da Eólica da Serra das Alturas para a realização de negócios com a sociedade.





CADERNO FINANCEIRO

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Demonstração dos Resultados
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Notas	2016 (Euros)	2015 (Euros)
Receitas de vendas e serviços de energia e outros	5	2 890 558	2 929 755
Custo com vendas de energia e outros	5	- 2 402	- 2 420
		<u>2 888 156</u>	<u>2 927 335</u>
Fornecimentos e serviços externos	6	- 363 561	- 330 238
Outros custos	7	- 76 530	- 81 580
		<u>- 440 091</u>	<u>- 411 818</u>
		2 448 065	2 515 517
Amortizações e imparidades	8	- 626 473	- 626 472
		<u>1 821 592</u>	<u>1 889 045</u>
Proveitos financeiros	9	-	5
Custos financeiros	9	- 419 123	- 471 555
		<u>- 419 123</u>	<u>- 471 550</u>
Resultado antes de impostos		1 402 469	1 417 495
Impostos sobre lucros	10	- 226 031	- 291 773
Resultado líquido do período		<u>1 176 438</u>	<u>1 125 722</u>
Resultado por acção (Básico)- euros	17	<u>23,53</u>	<u>22,51</u>

PORTO, 27 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO
N.º 17.495

21 de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Demonstração do rendimento integral
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Euros	2016	2015
Resultado líquido do período	1 176 438	1 125 722
Outro rendimento integral do período (líquido de efeito fiscal)	-	-
Total do rendimento integral do período	<u>1 176 438</u>	<u>1 125 722</u>

PORTO, 27 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO
N.º 17.495

Alice 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]
[Signature]

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Demonstração da Posição Financeira
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Notas	2016 (Euros)	2015 (Euros)
Activo			
Activos fixos tangíveis	11	12 033 051	12 305 177
Activos intangíveis	12	228 868	171 970
Activos por impostos diferidos	13	196 125	10 258
Devedores e outros activos de actividades comerciais	14	50 867	53 690
Total dos Activos Não Correntes		12 508 911	12 541 095
Devedores e outros activos de actividades comerciais	14	233 798	292 169
Impostos a receber	15	-	42 760
Caixa e equivalentes de caixa	16	338 927	150 813
Total dos Activos Correntes		572 725	485 742
Total do Activo		13 081 636	13 026 837
Capitais Próprios			
Capital	17	50 000	50 000
Prestações Suplementares	17	1 337 139	1 337 139
Reservas e resultados acumulados	18	3 131 245	2 555 523
Resultado líquido do período		1 176 438	1 125 722
Total dos Capitais Próprios		5 694 822	5 068 384
Passivo			
Dívida financeira	19	5 693 693	6 642 642
Provisões para riscos e encargos	20	514 808	156 883
Impostos a pagar	22	38 450	-
Total dos Passivos Não Correntes		6 246 951	6 799 525
Dívida financeira	19	951 000	951 293
Credores e outros passivos de actividades comerciais	21	60 208	144 663
Impostos a pagar	22	128 655	62 972
Total dos Passivos Correntes		1 139 863	1 158 928
Total do Passivo		7 386 814	7 958 453
Total dos Capitais Próprios e Passivo		13 081 636	13 026 837

PORTO, 27 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO
N.º 17.495

Alice Joia

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO











Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Notas	2016 (Euros)	2015 (Euros)
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	2 924 209	2 927 457
Pagamentos a fornecedores	- 421 163	- 495 719
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	- 61 245	- 40 169
Fluxo gerado pelas operações	2 441 801	2 391 569
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	- 282 002	- 281 019
Fluxo das Actividades Operacionais	2 159 799	2 110 550
Actividades de Investimento		
Recebimentos:		
Juros e proveitos similares	-	5
	-	5
Pagamentos:		
Activos intangíveis	- 56 898	- 57 217
	- 56 898	- 57 217
Fluxo das Actividades de Investimento	- 56 898	- 57 212
Actividades de Financiamento		
Pagamentos:		
Pagamentos de empréstimos obtidos	- 948 949	- 948 949
Juros e custos similares	- 415 838	- 468 351
Dividendos pagos	- 550 000	- 899 678
	-1 914 787	-2 316 978
Fluxo das Actividades de Financiamento	-1 914 787	-2 316 978
Variação de caixa e seus equivalentes	188 114	- 263 639
Caixa e seus equivalentes no início do período	150 813	414 453
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	338 927	150 814

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 16 às Demonstrações Financeiras

PORTO, 27 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO
N.º 17.495

Alice 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Demonstração de alterações nos Capitais Próprios
em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

euros

	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prestações Suplementares	Reserva Legal	Reservas e resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	4 842 340	50 000	1 337 139	33 388	3 421 813
<i>Rendimento integral:</i>					
<i>Resultado líquido do período</i>	1 125 722	-	-	-	1 125 722
<i>Rendimento integral total do período</i>	1 125 722	-	-	-	1 125 722
<i>Pagamento de dividendos</i>	- 899 678	-	-	-	- 899 678
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	5 068 384	50 000	1 337 139	33 388	3 647 857
<i>Rendimento integral:</i>					
<i>Resultado líquido do período</i>	1 176 438	-	-	-	1 176 438
<i>Rendimento integral total do período</i>	1 176 438	-	-	-	1 176 438
<i>Pagamento de dividendos</i>	- 550 000	-	-	-	- 550 000
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	5 694 822	50 000	1 337 139	33 388	4 274 295

PORTO, 27 de Fevereiro de 2017

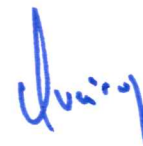
O CONTABILISTA CERTIFICADO
N.º 17.495

Alice 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO













EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

1. Actividade da Empresa

A EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A. (adiante designada "Empresa"), foi constituída em 2002 e tem a sua sede social em Boticas.

A Empresa tem por objecto social a promoção, construção, manutenção e exploração de instalações necessárias para a produção de energia eléctrica mediante aproveitamento de energia eólica.

As demonstrações financeiras da empresa são consolidadas pela EDP Renováveis Portugal, S.A. e pela EDP Energias de Portugal, S.A. com sede na Avenida 24 de Julho, nº12 em Lisboa, empresa mãe do Grupo EDP.

O seu capital social é de 50.000 euros e encontra-se totalmente subscrito e realizado pelos seus acionistas: a EDP Renováveis Portugal, S.A. (50,1%) e os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar contitulares das acções representativas de 49,9%.

Enquadramento regulatório das actividades em Portugal

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88 de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99 de 18 de Maio, o Decreto-Lei 312/2001 de 10 de Dezembro e o Decreto-Lei 339-C/2001 de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005 de 16 de Fevereiro estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

A 28 de Fevereiro de 2013 o Governo Português publicou o Decreto Lei 35/2013 que preserva a estabilidade legal dos actuais contratos e protege os investimentos realizados pelos produtores eólicos na economia portuguesa. Os produtores eólicos poderão efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O valor total de investimento será utilizado para reduzir os custos gerais do sistema eléctrico português. Com o objectivo de maximizar a adesão dos promotores eólicos à extensão do período remuneratório, o Governo propôs aos promotores a possibilidade de optarem por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (i) diferentes preços máximos (Cap) e mínimos (Floor); (ii) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos; e consequentemente (iii) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A EDPR optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWh e um cap de 98€/MWh actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020.

O Ministério do Ambiente e Energia, publicou em 24 de Junho, o Decreto-Lei 94/2014, o qual permite o aumento da capacidade instalada dos parques eólicos até 20%. A produção adicional gerada a partir do aumento da capacidade terá uma remuneração fixa de 60 euros/MWh, enquanto que a restante produção continua a ser remunerada com a tarifa anterior.

Em 7 de Abril de 2015 foi publicada a Portaria 102/2015, a qual estabelece os procedimentos para a colocação adicional de energia e para autorização do sobre-equipamento de centros electroprodutores eólicos nos termos definidos anteriormente pelo Decreto-Lei nº 94/2014 de 24 de Junho.

As principais medidas introduzidas por esta legislação são: (i) a energia produzida pelos sobre-equipamentos (aumento do número de aerogeradores em parques já existentes) é remunerada a uma tarifa fixa de 60 euros/MWh; (ii) a energia correspondente à diferença entre os MW de capacidade instalada e os MW efectivamente injectados na rede são remunerados à tarifa de 60 euros/MWh; e (iii) reconhecimento do sobre-equipamento como um centro electroprodutor independente.

Foi publicada a 13 de Outubro de 2016 em Diário da República a Portaria n.º 268-B/2016, dirigida aos centros electroprodutores do regime especial que, para além da tarifa garantida (feed-in-tariff), receberam apoios públicos à promoção e ao desenvolvimento de energias renováveis no passado. Este normativo estabelece que estes centros electroprodutores devem devolver ao Sistema Eléctrico Nacional (SEN) os valores recebidos a fundo perdido, sendo esta devolução efectuada através da dedução do valor da venda de energia a pagar aos centros electroprodutores pelo comercializador de último recurso (CUR).

A Lei 42/2016 de 28 de Dezembro, que aprovou o orçamento do Estado para 2017, veio clarificar esta com a publicação da Portaria 69/2017.

2. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa, agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações e a posição financeira, para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 27 de Fevereiro de 2017 e são expressas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

No âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho, as demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (EU). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Empresa para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptados pela U.E. até 31 de Dezembro de 2016.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entram em vigor e que a empresa ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na nota 26.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2015.

Alteração na linha apresentada na Demonstração da Posição Financeira

Para o período contabilístico com início a 1 de Janeiro de 2016, a Empresa incluiu em "Devedores e outros activos de actividades comerciais" a anterior linha de "Clientes".

Para efeitos de comparabilidade, a Empresa efectuou as devidas alterações no período homólogo apresentado.

b) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

c) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

d) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2009, a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor de aquisição determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos períodos.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custo com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Equipamento básico	30

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos activos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos activos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas depreciações do período, são contabilizadas de forma prospectiva.

No final de Dezembro de 2016, a Empresa procedeu à redefinição das vidas úteis dos seus activos de geração eólica de 25 para 30 anos (ver nota 3).

Os activos de ligação à rede constituem parte dos activos fixos tangíveis, com vida útil igual aos activos de geração a que estão associados, na medida em que os mesmos constituem um custo directamente atribuído para colocar o activo de produção na localização e condições necessárias para o mesmo funcionar da forma pretendida.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporados no custo dos activos.

e) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Pagamentos por extensão do período tarifário de acordo com o Decreto-Lei 35/2013

Os pagamentos efectuados por conta da adesão ao Decreto-Lei 35/2013 são contabilizados como activo intangível em curso a ser amortizado com base no método das quotas constantes pelo período de 7 anos a partir da data em que cesse o período regulatório máximo de 15 anos aplicável a cada parque.

f) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

A Empresa constitui provisões com estes fins quando existe uma obrigação legal ou contratual ou construtiva no final da vida útil dos activos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nos centros electroprodutores para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos onde estes se encontram. Estas provisões são calculadas, com base numa estimativa do valor actual das respectivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses activos.

Os pressupostos utilizados para o cálculo das provisões são definidos tendo por base os materiais das respectivas torres, as estimativas relativamente ao custo de desmantelamento por MW, valor residual por MW, vida útil remanescente das centrais eólicas e com base nas taxas de desconto que reflectem o risco específico desta responsabilidade.

Torres de betão

Custo médio por MW (Euros)	33.954
Valor residual do equipamento por MW (Euros)	19.787
Taxa de desconto	[0,812% - 0,888%]
Taxa de inflação	[1,861%]

Considerando que, no final de Dezembro de 2016, a Empresa procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos de geração eólica (parques eólicos) de 25 para 30 anos (ver notas 2c e 3), o número de anos de capitalização da provisão para desmantelamento e descomissionamento foi alterado para 30 anos com efeitos em Dezembro de 2016.

Os pressupostos utilizados em 2015 para o cálculo das provisões eram os seguintes:

Custo médio por MW (Euros)	14.000
Valor residual por MW (Euros)	41.000
Taxa de desconto	[1,90% - 2,50%]
Taxa de inflação	[1,75% - 1,85%]

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida em resultados.

h) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de devedores e outros activos de actividades comerciais ou credores e outros passivos de actividades comerciais, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de energia eólica mensurados ao justo valor da energia a receber, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O rédito relativo às vendas de energia eólica é reconhecido no período em que a electricidade é gerada e transferida para a EDP Serviço Universal, S.A. nos termos definidos na lei, mensalmente e baseada em contagens reais de consumo.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

i) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos e os juros recebidos de aplicações efectuadas.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos períodos.

j) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e dos impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

k) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas da Empresa pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Empresa, se aplicável.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração de valor e convertíveis em caixa.

m) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros recebidos como actividades de investimento.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 2, anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção

A Empresa revê anualmente a razoabilidade da vida útil dos seus activos de geração eólica para que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica dos mesmos, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação.

No final de Dezembro de 2016, a Empresa procedeu à redefinição da vida útil das centrais eólicas de 25 para 30 anos (ver nota 2c). A redefinição da vida útil dos activos de geração eólica foi feita com base em estudos técnicos internos e de uma entidade independente.

Na sequência da alteração da vida útil de 25 para 30 anos dos activos de geração eólica, a Empresa estima um impacto negativo nas amortizações para o período de 2017 de aproximadamente 119 mil euros.

Impostos sobre os lucros

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de imposto sobre os lucros em Portugal. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro anos. No caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis, esse período é de doze anos para período de tributação iniciados a partir de 2014 e de cinco anos para períodos de 2012 e 2013. Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em, ou após Janeiro de 2017 terão o prazo de reporte reduzido para cinco períodos de tributação. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

A Empresa considera existirem obrigações legais, contratuais ou construtivas relativamente ao desmantelamento e descomissionamento de activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. A Empresa constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações existentes para fazer face ao valor presente das respectivas despesas estimadas com a reposição dos respectivos locais e dos terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

O departamento técnico do Grupo EDPR realizou uma análise técnica detalhada tendo em conta a realidade do portfólio de activos da EDPR. Esta análise permitiu concluir que o custo médio do desmantelamento por megawatt e o valor residual dos activos de geração de energia eólica teriam que ser actualizados, com efeitos a Dezembro de 2016 (ver nota 2c). Adicionalmente, em consequência da revisão da vida útil dos activos de geração eólica de 25 para 30 anos (ver nota 2f), o número de anos até ao desmantelamento dos activos, foi alterado para 30 anos com efeitos Dezembro de 2016.

O uso de diferentes pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos pode ter produzido resultados diferentes dos que foram considerados.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

Gestão do risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro da empresa é gerido centralmente pelas Direcções de Gestão Financeira do Grupo EDPR e Grupo EDP.

A política de gestão do risco tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações de mercado. Desta forma, a exposição da Empresa ao risco de taxa de juro resulta exclusivamente dos financiamentos obtidos junto dos seus accionistas.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez encontra-se centralizada na Direcção de Gestão Financeira do Grupo EDPR e Grupo EDP. Neste contexto, são contratadas e mantidas linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras, nacionais e internacionais, que permitem o acesso imediato a fundos, conforme as necessidades da Empresa. A Empresa como parte integrante do Grupo EDP, tem acesso a estes meios de financiamento imediato, por via da obtenção de suprimentos concedidos pelos seus accionistas.

Gestão do risco de crédito de contraparte

Com referência a 31 de Dezembro de 2016 a exposição da Eólica da Serra das Alturas, S.A. a risco de crédito de contraparte, respeita essencialmente ao valor das receitas com vendas de energia, cuja contraparte é a EDP Serviço Universal S.A., pelo que o risco de crédito é considerado como não significativo.

A Empresa considera que o valor que melhor representa a sua exposição ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber dos devedores e outros activos de actividades comerciais e outros devedores líquido de perdas por imparidade registadas, pelo que, com referência a 31 de Dezembro de 2016, a exposição máxima ao risco de crédito de devedores e outros activos de actividades comerciais encontra-se detalhado na nota 14.

5. Receitas de vendas e serviços de energia e outros

A análise de **Receitas de vendas e serviços de energia e outros**, por sector de actividade, é a seguinte:

Receitas de vendas e serviços de energia e outros:
Energia eléctrica e acessos (nota 24)

Dez 2016	Dez 2015
Euro	Euro
2 890 558	2 929 755
<u>2 890 558</u>	<u>2 929 755</u>

Custo com vendas de energia e outros:
Custos com electricidade (nota 24)

Dez 2016	Dez 2015
Euro	Euro
2 402	2 420
<u>2 402</u>	<u>2 420</u>

6. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

Rendas e alugueres
Seguros
Conservação e reparação i)
Outros serviços especializados
Outros fornecimentos e serviços

Dez 2016	Dez 2015
Euro	Euro
37 102	37 107
19 379	20 346
296 957	263 606
8 403	8 090
1 720	1 089
<u>363 561</u>	<u>330 238</u>

i) Os montantes registados na rubrica de conservação e reparação estão relacionados com os custos de operação e manutenção nas centrais eólicas.

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

7. Outros custos

A rubrica de **Outros custos** é analisada como segue:

Rendas de centros electroprodutores i)
Impostos directos e indirectos ii)
Outros

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
72 264	73 244
4 266	7 630
-	706
<u>76 530</u>	<u>81 580</u>

i) A rubrica de Rendas de centros electroprodutores compreende os montantes pagos aos municípios onde as centrais eólicas se encontram instaladas, pela concessão da produção de energia eólica. Estes pagamentos correspondem, a 2,5% das vendas de energia eléctrica.

ii) O valor apresentado na rubrica de Impostos directos e indirectos refere-se essencialmente ao valor do IMI.

8. Amortizações e imparidades

A rubrica de **Amortizações e imparidades** é analisada como segue:

Amortizações de activos fixos tangíveis:

Equipamento básico:
Produção eólica
Distribuição de Electricidade

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
589 820	589 820
36 653	36 652
<u>626 473</u>	<u>626 472</u>
<u>626 473</u>	<u>626 472</u>

9. Proveitos e custos financeiros

A rubrica de **Proveitos e custos financeiros** é analisada como segue:

Proveitos financeiros:

Outros juros obtidos

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
-	5
<u>-</u>	<u>5</u>

Custos financeiros:

Outros juros suportados
Juros de empréstimos (nota 24)
Serviços bancários
"Unwinding" - Provisões para desmantelamento (nota 20)

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
-	76
415 248	467 546
297	436
3 578	3 497
<u>419 123</u>	<u>471 555</u>
<u>- 419 123</u>	<u>- 471 550</u>

Resultados financeiros

10. Impostos sobre os lucros

De acordo com a legislação em vigor, em termos gerais o imposto sobre os lucros de um período está sujeito à revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período subsequente de 4 anos. Os prejuízos fiscais apurados num determinado período estão também sujeitos a revisão e correcção e podem ser deduzidos aos lucros tributáveis nos anos seguintes nos seguintes termos: nos 5 anos seguintes para prejuízos fiscais apurados em 2012 e 2013, nos 12 anos seguintes para prejuízos apurados em 2014, 2015 e 2016. Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em, ou após Janeiro de 2017 terão o prazo de reporte reduzido para cinco períodos de tributação.

Contudo, a dedução de prejuízos fiscais apurados está limitada a 70% do lucro tributável do período.

A política de preços de transferência toma em consideração as regras, as orientações e as melhores práticas no estrito cumprimento da letra e do espírito da lei.

A análise da **Provisão para impostos sobre lucros** é a seguinte:

Provisão para impostos sobre lucros:

Imposto corrente do período
Imposto corrente de períodos anteriores
Imposto diferido (nota 13)

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
- 411 882	- 301 352
- 16	7 296
185 867	2 283
<u>- 226 031</u>	<u>- 291 773</u>

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em 2016 e 2015, é analisada como segue:

	Dez 2016			Dez 2015		
	Taxa %	Base Fiscal Euro	Imposto Euro	Taxa %	Base Fiscal Euro	Imposto Euro
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	21,0%	1 402 469	294 518	21,0%	1 417 495	297 674
Efeito da reavaliação fiscal de activos	-5,0%	- 332 314	- 69 786	0,0%	-	-
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	0,1%	6 186	1 299	-0,4%	- 28 102	- 5 901
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	16,1%	1 076 341	226 031	20,6%	1 389 393	291 773

A Lei nº 82 B/2014 de 31 de Dezembro (Lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2015), reduziu a taxa de IRC de 23% para 21% com efeitos a 1 de Janeiro de 2015, à qual acresce a derrama municipal e estadual.

A derrama estadual é apurada como segue: (i) sobre a parcela de lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros e até 7,5 milhões de euros, à taxa de 3%; (ii) sobre a parcela de lucro tributável superior a 7,5 milhões de euros até 35 milhões de euros, à taxa de 5%, e (iii) sobre a parcela de lucro tributável superior a 35 milhões de euros incide a taxa de 7%.

Em 2016 o Governo concedeu uma autorização legislativa com vista à introdução de um regime facultativo de reavaliação para efeitos fiscais, dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento, que veio a efectivar-se com a publicação do Decreto Lei 66/2016 em 3 de Novembro de 2016. Este decreto permitiu aos sujeitos passivos de IRC ou IRS com contabilidade organizada reavaliar o seu activo fixo afecto ao exercício de uma actividade comercial ou industrial que cumprisse determinados pressupostos. A reavaliação foi efectuada por aplicação, ao custo de aquisição ou equivalente, dos coeficientes de desvalorização monetária estabelecidos pela Portaria nº 400/2015, de 6 de Novembro, tendo como limite o valor de mercado de cada elemento.

A opção por este regime estabelecido no referido decreto-lei, implica uma tributação autónoma especial equivalente a 14 % do valor da reserva de reavaliação sem possibilidade de qualquer dedução.

A tributação autónoma especial terá de ser liquidada pelo sujeito passivo em declaração de modelo oficial, em 3 partes iguais, até 15 de Dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018.

A rubrica Efeito da reavaliação fiscal de activos inclui essencialmente o efeito líquido da reavaliação fiscal de activos, nos termos do Decreto Lei nº 66/2016, de 3 de Novembro, o que levou a um aumento na sua base fiscal de 823.920 euros. Em consequência a Empresa reconheceu activos por impostos diferidos de 185.135 euros (nota 13) que serão recuperados pela dedução fiscal da reserva de reavaliação inerente aos activos reavaliados a amortizar em 8 anos a partir de 2018. A reserva de reavaliação fiscal foi tributada em 2016 a uma taxa de 14% (o montante apurado será liquidado em três prestações iguais, em 2016, 2017 e 2018) e reconhecido o correspondente imposto corrente no montante total de 115.349 euros. Consequentemente o efeito líquido desta reavaliação no resultado do período é de aproximadamente de 70 mil euros.

11. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Valor bruto:		
Equipamento básico:		
Produção eólica	15 872 643	15 518 296
Distribuição de electricidade	911 119	911 119
	16 783 762	16 429 415
Amortizações acumuladas e imparidade:		
Amortizações do período	- 626 473	- 626 472
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	-4 124 238	-3 497 766
	-4 750 711	-4 124 238
Valor líquido contabilístico	12 033 051	12 305 177

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2016, para a empresa, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Imparidade Euro	Alienações/ Abates Euro	Transfe rências Euro	Provisão para desmantelam ento Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
Valor bruto:							
Produção eólica	15 518 296	-	-	-	-	354 347	15 872 643
Distribuição de electricidade	911 119	-	-	-	-	-	911 119
	16 429 415	-	-	-	-	354 347	16 783 762

O aumento da provisão para desmantelamento é resultante do impacto da alteração dos pressupostos de cálculo do custo de desmantelamento. Ver notas 3 e 10.

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Amortização Euro	Imparidade Euro	Alienações/ Abates Euro	Transfe rências Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
Amortizações acumuladas:						
Produção eólica	-3 897 302	- 589 820	-	-	-	-4 487 122
Distribuição de electricidade	- 226 936	- 36 653	-	-	-	- 263 589
	<u>-4 124 238</u>	<u>- 626 473</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-4 750 711</u>

Tal como explicado na nota 3, a Empresa procedeu à redefinição da vida útil das centrais eólicas de 25 para 30 anos. Como esta decisão foi tomada no final de Dezembro de 2016 não teve impacto nas amortizações do período.

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano de 2015, para a empresa, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Imparidade Euro	Alienações/ Abates Euro	Transfe rências Euro	Provisão para desmantelam ento Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
Valor bruto:							
Produção eólica	15 518 296	-	-	-	-	-	15 518 296
Distribuição de electricidade	911 119	-	-	-	-	-	911 119
	<u>16 429 415</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16 429 415</u>
	Saldo em 1 Janeiro Euro	Amortização Euro	Imparidade Euro	Alienações/ Abates Euro	Transfe rências Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro	
Amortizações acumuladas:							
Produção eólica	-3 307 482	- 589 820	-	-	-	-3 897 302	
Distribuição de electricidade	- 190 284	- 36 652	-	-	-	- 226 936	
	<u>-3 497 766</u>	<u>- 626 472</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-4 124 238</u>	

12. Activos Intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Valor bruto:		
Activos intangíveis em curso	228 868	171 970
	<u>228 868</u>	<u>171 970</u>
Valor líquido contabilístico	<u>228 868</u>	<u>171 970</u>

A rubrica Activos Intangíveis em curso respeita aos pagamentos efectuados no âmbito da opção de estender o período tarifário, de acordo com o Decreto-Lei 35/2013, de 28 de Fevereiro, os quais são contabilizados como activos intangíveis em curso durante o período de pagamento (2013-2020). Esses activos serão amortizados durante um período de 7 anos, a partir de 2021, o que corresponde ao período em que os benefícios económicos associados a esses pagamentos fluirão para a empresa.

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis durante o ano de 2016, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Alienações/ Abates Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
Valor bruto:				
Activos intangíveis em curso	171 970	56 898	-	228 868
	<u>171 970</u>	<u>56 898</u>	<u>-</u>	<u>228 868</u>

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis durante o ano de 2015, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euro	Adições Euro	Alienações/ Abates Euro	Saldo em 31 Dezembro Euro
Valor bruto:				
Activos intangíveis em curso	114 753	57 217	-	171 970
	<u>114 753</u>	<u>57 217</u>	<u>-</u>	<u>171 970</u>

13. Impostos diferidos activos e passivos

A empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo líquido Impostos Diferidos	
	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Provisões	10 990	10 258	-	-	10 990	10 258
Reavaliação fiscal de activos (nota 10)	185 135	-	-	-	185 135	-
	<u>196 125</u>	<u>10 258</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>196 125</u>	<u>10 258</u>

O aumento do imposto diferido activo deve-se essencialmente ao facto da empresa ter procedido à reavaliação dos seus activos tangíveis de acordo com a Decreto Lei 66/2016 (185.135 euros).

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os períodos de 2016 e 2015, são os seguintes:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Saldo em 1 de Janeiro		
Dotação a resultados (nota 10)	10 258	7 975
	<u>185 867</u>	<u>2 283</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>196 125</u>	<u>10 258</u>

14. Devedores e outros activos de actividades comerciais

A rubrica de **Devedores e outros activos de actividades comerciais** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Devedores e outros activos de actividades comerciais - Não corrente:		
Custos diferidos - Rendas de terrenos i)	50 867	53 690
	<u>50 867</u>	<u>53 690</u>
Devedores e outros activos de actividades comerciais - Corrente:		
Clientes ii)	198 138	239 529
Custos diferidos - Seguros	8 163	8 087
Outros Custos diferidos iii)	27 497	44 553
	<u>233 798</u>	<u>292 169</u>

i) A rubrica de Custos diferidos - Rendas de terrenos refere-se às rendas de terrenos pagas antecipadamente sobre os terrenos onde se encontra localizada a central eólica.

ii) A rubrica de Clientes é composta na sua totalidade pelas vendas de energia ao comercializador de último recurso (EDP Serviço Universal, S.A.) no montante de 198.138 euros (31 de Dezembro de 2015: 239.529 euros) referentes ao mês de Dezembro (nota 24).

iii) A rubrica de Outros custos diferidos corrente inclui o montante de 8.593 euros (31 de Dezembro de 2015: 8.500 euros) referente a rendas de terrenos onde se encontram instaladas as centrais eólicas.

15. Impostos a receber

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Imposto sobre o rendimento	-	42 760
	<u>-</u>	<u>42 760</u>

O valor registado em 2015 nesta rubrica devia-se ao facto dos pagamentos por conta terem sido superiores à estimativa do imposto corrente do período.

16. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem	338 927	150 813
	<u>338 927</u>	<u>150 813</u>

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

17. Capital social e Prestações suplementares

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social da Eólica da Serra das Alturas, S.A. encontra-se totalmente subscrito e realizado, ascendendo a 50.000 euros. O capital social é representado por 50.000 mil acções, com valor nominal de 1 euros cada uma. Actualmente, o seu capital social é detido pelas seguintes entidades e nas correspondentes percentagens:

	Dez 2016	Dez 2015
EDP Renováveis Portugal, S.A.	50,1%	50,1%
Municípios de Botlicas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (1/6 cada)	49,9%	49,9%

Os resultados por acção são analisados como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Resultado líquido em euros	1 176 438	1 125 722
Nº médio de acções durante o período	50 000	50 000
Resultado por acção - Básico em euros	23,53	22,51

A rubrica de **Prestações suplementares** é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
EDP Renováveis Portugal, S.A.	669 907	669 907
Municípios de Botlicas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar (1/6 cada)	667 232	667 232
	1 337 139	1 337 139

As rubricas de **Capital social e Prestações suplementares** são analisadas como segue:

	Capital social	Prestações suplementares
Saldo em 1 de Janeiro	50 000	1 337 139
Movimentos do período	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	50 000	1 337 139

18. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
Reserva legal	33 388	33 388
Outras reservas e resultados acumulados	3 097 857	2 522 135
	3 131 245	2 555 523

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Outras reservas e resultados acumulados

Do resultado líquido do período de 2015, no montante de 1.125.722,43 euros, foram distribuídos aos accionistas sob a forma de dividendos o montante de 550.000,00 euros e foram transferidos para Resultados Transitados o montante de 575.722,43 euros, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, constante da Acta nº 21 de 31 de Março de 2016.

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

19. Dívida financeira

Esta rubrica é analisada como segue:

Empréstimos - Não corrente:

Suprimentos contraídos (nota 24)

Empréstimos - Corrente:

Suprimentos contraídos (nota 24)
Juros a pagar suprimentos (nota 24)

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
5 693 693	6 642 642
5 693 693	6 642 642
948 949	948 949
2 051	2 344
951 000	951 293
6 644 693	7 593 935

A dívida, por maturidade é analisada como segue:

Dívida financeira

Até 1 ano
De 1 ano a 5 anos
A mais de 5 anos

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
951 000	951 293
3 795 796	3 795 796
1 897 897	2 846 846
6 644 693	7 593 935

O justo valor da dívida da Eólica da Serra das Alturas é analisada como segue:

Dívida financeira

Corrente
Não corrente

Dez 2016 Euro		Dez 2015 Euro	
Valor Contabilístico	Valor de Mercado	Valor Contabilístico	Valor de Mercado
951 000	948 949	951 293	1 338 168
5 693 693	6 385 744	6 642 642	7 040 606
6 644 693	7 334 693	7 593 935	8 378 774

O valor de mercado dos empréstimos é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro de mercado em vigor à data da demonstração da posição financeira, adicionados da melhor estimativa, à mesma data, das condições de mercado aplicáveis à dívida financeira da Empresa.

À data de 31 de Dezembro de 2016, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos, são analisados como segue:

	2017 Euro	2018 Euro	2019 Euro	2020 Euro	2021 Euro	Anos seguintes Euro	Total Euro
Dívida financeira - Corrente	951 000	-	-	-	-	-	951 000
Dívida financeira - Não corrente	-	948 949	948 949	948 949	948 949	1 897 897	5 693 693
	951 000	948 949	948 949	948 949	948 949	1 897 897	6 644 693

Os suprimentos contraídos, corrente e não corrente, têm as seguintes condições e prazos:

	Em dívida Euro	Início	Fim (Previsto)	Tipo de Taxa	Taxa
EDP Renováveis Portugal, S.A.	6 285 078	01-02-2008	30-12-2023	Mid Swaps 10A + 1,5% (Fixa)	5,4950%
EDP Renováveis Portugal, S.A.	357 564	08-11-2011	30-12-2023	Mid Swaps 10A + 4,1% (Fixa)	6,6585%
	6 642 642				

20. Provisões para riscos e encargos

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

Provisão para desmantelamento

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
514 808	156 883
514 808	156 883

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

O movimento da Provisão para desmantelamento é analisado como segue:

Saldo em 1 de Janeiro
"Unwinding" - Provisão para desmantelamento (Nota 9)
Dotação do período (Nota 11) i)

Saldo em 31 de Dezembro

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
156 883	153 386
3 578	3 497
354 347	-
514 808	156 883

i) O aumento do valor da provisão de desmantelamento deve-se à alteração dos pressupostos do cálculo desta provisão (ver nota 3).

21. Credores e outros passivos de actividades comerciais

A rubrica de **Credores e outros passivos de actividades comerciais** é analisada como segue:

Credores e outros passivos de actividades comerciais - Corrente:
Fornecedores i)
Custos especializados com fornecimentos
Credores - Empresas do Grupo (nota 24)

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
53 105	142 956
971	-
6 132	1 707
60 208	144 663
60 208	144 663

i) A diminuição do valor registado deveu-se à liquidação em 2016 de facturas relativas aos custos fixos com operação e manutenção da central eólica, de 2015 e de 2014.

22. Impostos a pagar

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

Impostos a pagar - Não corrente:
Tributação autónoma sobre reavaliações i)

Impostos a pagar - Corrente:
Imposto sobre o rendimento
Tributação autónoma sobre reavaliações i)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
38 450	-
38 450	-
10 235	-
38 450	-
79 970	62 972
128 655	62 972
167 105	62 972

i) O valor da rubrica Tributação autónoma sobre reavaliações diz respeito ao valor a pagar em 2017 e 2018, resultante da reavaliação fiscal de activos de acordo com o Decreto Lei 66/2016 de 03 de Novembro.

23. Compromissos

Não existem garantias financeiras e reais prestadas pela Empresa a 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as restantes obrigações de compra (que não figuram no Balanço), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		Dez 2016				
		Capital em dívida no período				
Total		Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Obrigações de compra	3 922 923	436 483	830 848	808 630	1 846 962	
	3 922 923	436 483	830 848	808 630	1 846 962	
		Dez 2015				
		Capital em dívida no período				
Total		Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Obrigações de compra	4 276 616	381 068	804 431	846 331	2 244 786	
	4 276 616	381 068	804 431	846 331	2 244 786	

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

As obrigações de compra respeitam essencialmente a contratos de operação e manutenção, arrendamento de terrenos e aos pagamentos futuros devidos pela adesão ao esquema de remuneração prevista no Decreto Lei 35/2013 no montante de 228.752 euros (31 de Dezembro de 2015: 288.840).

24. Partes relacionadas

Remuneração do Órgãos Sociais

A rubrica de Remuneração dos Órgãos Sociais é analisada como segue:

Fiscal único / ROC

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
7 256	7 481
<u>7 256</u>	<u>7 481</u>

Os órgãos do Conselho de Administração não são remunerados.

Os custos com revisão legal encontram-se registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos (nota 6).

No desenvolvimento normal da sua actividade, a Eólica da Serra das Alturas celebra negócios e realiza operações com diversas entidades, entre as quais se incluem sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Eólica da Serra das Alturas. Estas operações são realizadas em condições normais de mercado para operações similares, independentemente da sua relevância e fazem parte da actividade corrente da Eólica da Serra das Alturas.

Saldos e transacções com Empresas do Grupo

Os créditos devidos sobre Empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisados como segue:

Empresas

EDP Serviço Universal, S.A. (nota 14)

Out. Créditos Devidos Euro	Total Euro
198 138	198 138
<u>198 138</u>	<u>198 138</u>

Os créditos devidos sobre Empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2015, são analisados como segue:

Empresas

EDP Serviço Universal, S.A. (nota 14)

Out. Créditos Devidos Euro	Total Euro
239 529	239 529
<u>239 529</u>	<u>239 529</u>

Os débitos devidos sobre Empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2016, são analisados como segue:

Empresas

EDP Distribuição - Energia, S.A. (nota 21)
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A. (nota 21)
Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A. (nota 21)
EDP Renováveis Portugal, S.A. (nota 19)

Empréstimos Obtidos Euro	Out. débitos Devidos Euro	Total Euro
-	493	493
-	402	402
-	1 645	1 645
6 644 693	3 592	6 648 285
<u>6 644 693</u>	<u>6 132</u>	<u>6 650 825</u>

Os débitos devidos sobre Empresas do Grupo a 31 de Dezembro de 2015, são analisados como segue:

Empresas

EDP - Energias de Portugal, S.A. (nota 21)
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A. (nota 21)
Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A. (nota 21)
EDP Renováveis Portugal, S.A. (nota 19)

Empréstimos Obtidos Euro	Out. débitos Devidos Euro	Total Euro
-	305	305
-	386	386
-	1 016	1 016
7 593 935	-	7 593 935
<u>7 593 935</u>	<u>1 707</u>	<u>7 595 642</u>

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

As transações em rubricas de custos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisadas como segue:

	Juros de Empréstimos Obtidos Euro	Outros Custos Euro	Total Euro
Empresas			
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	1 287	1 287
EDP Renováveis Portugal, S.A. (nota 9)	415 248	2 975	418 223
EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	1 646	1 646
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A. (nota 5)	-	2 394	2 394
Labelec - Estudos Des. e Activ. Laboratoriais, S.A.	-	3 465	3 465
	<u>415 248</u>	<u>11 767</u>	<u>427 015</u>

As transações em rubricas de custos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2015, são analisadas como segue:

	Juros de Empréstimos Obtidos Euro	Outros Custos Euro	Total Euro
Empresas			
EDP Comercial Comercialização de Energia, S.A. (nota 5)	-	2 420	2 420
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	305	305
EDP Renováveis Portugal, S.A. (nota 9)	467 546	100	467 646
	<u>467 546</u>	<u>2 825</u>	<u>470 371</u>

As transações em rubricas de proveitos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2016, são analisadas como segue:

	Vendas e Outros Proveitos Euro	Total Euro
Empresas		
EDP Serviço Universal, S.A. (nota 5)	2 890 558	2 890 558
	<u>2 890 558</u>	<u>2 890 558</u>

As transações em rubricas de proveitos sobre empresas do Grupo EDP a 31 de Dezembro de 2015, são analisadas como segue:

	Vendas e Outros Proveitos Euro	Total Euro
Empresas		
EDP Serviço Universal, S.A. (nota 5)	2 929 755	2 929 755
	<u>2 929 755</u>	<u>2 929 755</u>

25. Eventos relevantes ou subsequentes

Após a data do balanço não ocorreram eventos subsequentes relevantes que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

26. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Empresa aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, se esse desconto for material. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – Reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

A Empresa não teve qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1: Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de Dezembro).

A Empresa não teve qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

A Empresa decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009 e 2010) introduzem novos requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros. Nesta nova abordagem, os activos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa.

Foi publicada a IFRS 9 (2013) com os requisitos que regulamentam a contabilização das operações de cobertura.

Foi ainda publicada a IFRS 9 (2014) que reviu algumas orientações para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (além de participações em capital das sociedades consideradas estratégicas, alargou a outros instrumentos de dívida a mensuração ao justo valor com as alterações a serem reconhecidas em outro rendimento integral – OCI) e implementou um novo modelo de imparidade tendo por base o modelo de perdas esperadas.

A IFRS 9 será aplicável para os exercícios que se iniciem em 1 de Janeiro de 2018 (com opção para aplicação antecipada).

A Empresa ainda se encontra a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 15 - Rêditos de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rêditos de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rêditos, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêditos - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rêdito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rêdito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rêdito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que reflecta a performance da entidade.

A Empresa encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Empresa

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas;
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.

A Empresa não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras para os períodos findos a
31 de Dezembro de 2016 e 2015

27. Matérias ambientais

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal da Empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do período, excepto se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pelo IAS 16.

Durante o período, a Empresa reconheceu despesas em resultados do período, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

Gestão de resíduos

Dez 2016 Euro	Dez 2015 Euro
380	-
380	-

Boticas, 27 de Fevereiro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Maria Alice Jorge Almeida

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



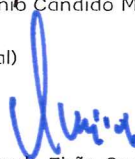
António Manuel Lobo Gonçalves

(Presidente)



António Cândido Monteiro Cabeleira

(Vogal)



Fernando Eirão Queiroga

(Vogal)



Maria Alexandra Marinha de Campos Cabral

(Vogal)



Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa

(Vogal)

APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Eólica da Serra das Alturas, S.A.**, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 13.081.636 euros e um total de capital próprio de 5.694.822 euros, incluindo um resultado líquido de 1.176.438 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Eólica da Serra das Alturas, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

31 de março de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho', written over a horizontal line.

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Eólica da Serra das Alturas, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **Eólica da Serra das Alturas, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da **Eólica da Serra das Alturas, S.A.**, relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2016.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2016, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações nos capitais próprios, a demonstração dos fluxos de caixa, e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem ênfases e sem reservas.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas;
e
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2016;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

31 de março de 2017

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)